

Tendências | Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. debates@uol.com.br / twitter.com/Folhadebate

Povos da rua, leis sociais e renda básica

EDUARDO MATARAZZO SUPPLY

TESTEMUNHEI COM alegria o 7º Natal dos Povos da Rua com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. De todos aqueles organizados pelo padre Júlio Lancelotti, desde 2003, com a cooperação de todos os movimentos de catadores de papéis e objetos recicláveis, de luta pela moradia, saúde e educação, este foi o de melhor efetividade até aqui.

Ali estavam cinco ministros empenhados em que as ações de seus ministérios — do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, da Previdência, das Cidades e da Secretaria-Geral da Presidência — anunciassem passos de grande significado. Também ali estava presente o próprio chefe do gabinete pessoal da Presidência da República, Gilberto Carvalho, parecido irmão do presidente, que lhe solicitou estar atento a cada uma das demandas possíveis de serem atendidas. Conforme dom Odilo Pedro cardinal Scherer observou, naquele encontro, cada criança que nasceu como Jesus, ainda que da maneira mais modesta, em meio aos sacos de lixo, está com a esperança de uma vida digna.

Fiquei a pensar no que poderá dar um sentido maior e definitivo no próximo e último Natal do presidente com os povos da rua além dos projetos por ele solicitados, como transformar prédios públicos, que estão abandonados em nossas grandes cidades, em locais de moradia, educação e cultura para a população.

Recentemente, o presidente Lula solicitou aos seus ministros da Justiça, da Secretaria-Geral da Presidência, do Desenvolvimento Social e a outros que preparem um anteprojeto de consolidação das leis sociais (CLS), a exemplo do que fez Getúlio Vargas em 1943, quando promulgou a Consolidação das Leis do Trabalho.

A CLS englobaria projetos definidos em lei, como o Proletem, o ProLui, o Bolsa Família, o Minha Casa, Minha Vida, o Pronas e outros baseados em decretos e portarias. Seriam obrigações legais para os próximos governos.

O presidente Lula sancionou, em 8/1/2004, a lei 10.835/2004, que institui a Renda Básica de Cidadania (RBC), aprovada consensualmente por todos os partidos no Senado, em dezembro de 2002, e na Câmara dos Deputados, um ano depois. A lei dis-



Marta Strauch

O Bolsa Família, que beneficia 25% dos brasileiros, é o primeiro passo para alcançarmos a RBC para todas as pessoas

põe que será direito de todos os brasileiros residentes no país e estrangeiros aqui residentes há pelo menos cinco anos, não importa a sua condição socioeconômica, receberem uma renda que será igual para todos, suficiente para atender as necessidades básicas de cada pessoa, tendo em conta o grau de desenvolvimento do país e as possibilidades orçamentárias.

O parágrafo primeiro da lei da RBC dispõe que sua implementação será realizada por etapas, a critério do Executivo, priorizando os mais necessitados. O Bolsa Família, que hoje beneficia um quarto dos brasileiros, é o primeiro passo na direção de alcançarmos a RBC para todas as pessoas.

De 30 de junho a 2 de julho, na FEA-USP, será realizado o 13º Congresso Internacional da Bien - Basic Income Earth Network, ou Rede Mundial da Renda Básica, ocasião em que estarão presentes os pensadores dos cinco continentes que abraçaram essa causa. Os trabalhos para o congresso poderão ser enviados até 25/2 para bien2010.callforpapers@gmail.com. O presidente Lula fará a

palestra de abertura. É grande a expectativa sobre a sua exposição sobre como o Brasil, após consolidar o Bolsa Família, inclusive para toda a população hoje na rua, instituirá a Renda Básica Incondicional.

Será que os povos da rua compreendem que a renda básica incondicional, paga a todas as pessoas, não importando sua origem, raça, idade, sexo, condição civil ou socioeconômica, será também melhor para eles? Tenho a convicção de que sim, e esta é a conclusão à que cheguei depois de realizar centenas de palestras em todo o Brasil, com pessoas de todos os segmentos da sociedade, nos últimos 20 anos de amadurecimento sobre a proposta. São eles, justamente, os que mais entusiasticamente compreendem, como salientou dona Anita, representante veterana daqueles povos, ao refletir ao presidente Lula sobre o direito de todas as pessoas participarem da riqueza da nação.

Quem sabe possa o presidente, no próximo Natal com os povos da rua, transmitir-lhes como colocou em prática um instrumento que garante a toda a pessoa o direito inalienável de participar da riqueza do Brasil através de uma renda suficiente para atender as suas necessidades vitais.

EDUARDO MATARAZZO SUPPLY, 68, dos. Ior, arremetido pela Universidade Estadual de Michigan (EUA), professor da Escola FGV, e senador da República pelo PT-SP, autor do livro "Renda de Cidadania - a saída e a porta" (Editora Fundação Perseu Abramo e Cortez Editora, 2008), escritor, traóbras.

Painel do Leitor

O "Painel do Leitor" recebe colaborações por e-mail, fax (0xx/11/3224-1644) e correio (al. Barão de Lima, 425, 4. andar, São Paulo-SP, CEP 01023-900). As mensagens devem ser concisas e contêm nome completo, endereço e telefone. A Folha se reserva o direito de publicar trechos. leitor@uol.com.br

LEIA MAIS CARTAS NA FOLHA ONLINE

www.folha.com.br/paineldoleitor

Credibilidade

"Interessante ver a opinião de leitores sobre a pesquisa mostrando o presidente Lula como o mais confiável. Existem pessoas que acham que ter uma opinião sobre determinado político é como torcer por um time de futebol: o meu é sempre melhor, os outros não possuem qualidade alguma. Quero lembrar aos leitores que tiveram suas cartas publicadas ontem que este tipo de opinião é típico da elite preconceituosa que ainda torce contra o país. Senhores: 'A inveja mata, e lugar de chorar é na cama'."

FRANCISCO STANISLAU (São Caetano do Sul, SP)

"Impressionante a falta de critério do brasileiro. Lula no início teve que apresentar uma carta de compromisso, pois a sua palavra não era de todo confiável. Negou a existência óbvia do mensalão, que era exatamente o projeto cubanizador que estava em andamento, apesar da carta-compromisso. Reconheceu ser uma metamorfose ambulante, ou seja, cada dia pensar de uma maneira. Não tomou conhecimento do desmatamento da Amazônia, chegando a dispensar uma ministra que era símbolo inequívoco do ambientalismo racional e urgente. Porém, ao notar que o assunto está na moda e é grave, assumiu rapidamente a bandeira da lucidez para a sobrevivência no planeta. Como confiar em uma pessoa assim?"

GERALDO SIFFERT JUNIOR (Rio de Janeiro, RJ)

"Os leitores que não aceitam o resultado da pesquisa que aponta Lula como a personalidade mais confiável do Brasil não querem admitir o sucesso do governo na condução da economia em época de crise, na criação de milhares de empregos com carteira assinada, na inclusão dos mais pobres no mercado de consumo e na consequente diminuição da pobreza, no acesso dos mais pobres às universidades, no respeito extraordinário alcançado por Lula no exterior etc. É pena que a paixão política tente obliterar tais evidências e que a Folha apenas dê espaço para essas diatribes."

DAGMAR ZIBAS (São Paulo, SP)

Ditadura

"Brilhante e esclarecedor o artigo de Cláudio Ross publicadíssimo ontem em **Mundo**. Muitos leitores, infelizmente, por falta de informação, equivocam-se ao afirmar que a criação da Comissão da Verdade, proposta pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, é inoportuna, revanchista e tem apenas um lado. Trata-se, isto sim, a exemplo de países como Argentina e Chile, de apurar os fatos com rigor e punir aqueles que em nome do Estado cometeram crimes hediondos contra os presos políticos durante a ditadura. E, como bem afirmou o articulista, os abusos de esquerdas já foram punidos, seja legalmente, seja por meio de assassínios, torturas e exílios."

GERALDO TADEU SANTOS ALMEIDA (Iguape, SP)

"Uma 'Comissão da Verdade' só tem razão de ser se admitirmos que a verdade sobre os crimes do regime militar foi propositalmente escondida. Como esse regime já findou há mais de 25 anos, conclui-se que um dos governos que varreram a história para baixo do tapete foi justamente o do presidente Lula. Uma cabal demonstração de incapacidade do ministro Paulo Vannuchi e da inutilidade de sua pomposa pasta, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Será que ele tem algum tempinho para se dedicar aos verdadeiros e atuais direitos humanos das vítimas das enchentes?"

JOÃO HENRIQUE REIDER (São Paulo, SP)

Filme

"Depois de assistir ao excelente 'Lula, O Filho do Brasil', fiquei pensando nos motivos que levaram os críticos da **Folha** a classificar a produção de ruim e péssima. Para um trabalho tão bem interpretado, dirigido, fotografado e com trilha sonora primorosa ser desprezado desse jeito, só pode ser por motivos extracineamatográficos. O filme não é perfeito, tem momentos melodramáticos e algumas poucas cenas mal resolvidas, mas nada que comprometa sua fluência narrativa. Independente da má vontade da crítica, será um grande sucesso."

WELINGTON LIBERATO (Sorocaba, SP)

Chuvvas

"Deus é mesmo brasileiro, ficou zangado ou deu um tempo? Se assim se explica uma virada de Ano Novo com tantas desgraças, mortes, amarguras e famílias destruídas pelas enchurradas, deslizamentos e acidentes de trânsito nas estradas. Outra frustração dos brasileiros foi a Mega-Sena. Tornou milionários apenas dois brasileiros, quando a intenção era fazer milhares de brasileiros felizes. Vamos continuar rezando em 2010 para que Deus volte a ter piedade de nós."

VICENTE LIMONGI NETTO (Brasília, DF)

"É sempre assim. A alegria da virada do ano é substituída pelo desespero de tragédias causadas por alagamentos, deslizamentos, soterramentos e perdas humanas e materiais. Se os nossos governos se preocupassem mais em fazer do que dizer que fizeram o que não fizeram, se a montanha de dinheiro gasta nessas constantes e irritantes propagandas mostrando um Brasil irrevel, um Brasil de cenário de novela, fosse gasta em obras e cuidados que prevenissem essas tragédias, nosso povo poderia estar comemorando um início feliz de 2010, que acabou não acontecendo."

RONALDO GOMES FERREZ (Rio de Janeiro, RJ)

"Muitas tragédias provocadas por fenômenos da natureza são totalmente imprevisíveis. Outras, porém, são mais que anunciadas, principalmente quando elas contam com a indiferença, a inércia e algumas vezes até com a conivência das autoridades que deveriam zelar pela segurança da população."

Infelizmente, nos últimos anos, a passagem de ano tem sido acompanhada de tristeza, sofrimento e mortes. A tragédia da Ilha Grande, em Angra dos Reis (RJ), parece estar ligada a causas naturais, mas o que choca — além obviamente das perdas e aterrorizadas e desprezo das entidades oficiais, como a falta de equipamentos e de treinamento das equipes de socorro, contando sempre com a solidariedade dos que sobreviveram e de verdadeiros heróis como os bombeiros."

Enquanto isso os governantes se refestelam com mordomias e selimitam a emitir notas oficiais de solidariedade e dar ordens a terceiros. Causa arrepios pensar que nesta região localizam-se as usinas nucleares brasileiras. Será que há esquma para um desastre eventual?"

LUCIUS BAUM (São Paulo, SP)

São Paulo

"Estamos vendo uma incrível chuva de propaganda enganosa do governo José Serra em São Paulo. A mim não me engana, pois governo bom é aquele que a população sente no dia a dia. Governo ruim, incompetente e que pensa pequeno tem de gastar muito em propaganda."

OTAVIO DE QUEIROZ (São Paulo, SP)

"Muito interessante a forma como se manifestam os opositores à administração do governo de São Paulo. As críticas subestimam o leitor informado sobre o que se passa nas esferas nacional e internacional. Protestar contra a publicidade do governo paulista é uma piada diante da propaganda federal."

GILBERTO ANTONIO JORGE (Ribeirão Preto, SP)

"Com uma semana de chuva, as estradas privatizadas revelam que a propaganda é enganosa, com vários trechos interditados, apesar do pedágio mais caro do mundo. No exterior as estradas restam a nevadas e tempestades. Aqui vigora o espírito do quanto mais vigor, melhor."

VYETTE KFORIA BRÃO (São Paulo, SP)

Boas-festas

A **Folha** agradece e retribui os votos de boas-festas recebidos de: **Dom Anuar Battisti**, arcebispo de Maringá (Maringá, PR); **Ives Gandra da Silva Martins**, advogado (São Paulo, SP); **Sandra Murakami**, Tree Comunicação (São Paulo, SP); **Neilton Mulim**, deputado federal pelo PR-RJ (Brasília, DF); **José Elias Alex Neto** (Foz do Iguaçu, PR); **Moacyr Rodrigues Nogueira** (Salvador, BA); **Gervásio Manoel da Silva** (São Paulo, SP); **Paulo Eduardo Busse Ferreira** (São Paulo, SP); **Amarildo Ometto Alves** (Chavantes, SP); **Flat** (Belém, MG); e **Ceageop** (São Paulo, SP).

Copenhague, as decepções e o direito

CALIXTO SALOMÃO FILHO

OS RESULTADOS decepcionantes da conferência de Copenhague ensinam algumas lições amargas, das quais, paradoxalmente, podem ser retiradas algumas perspectivas de ação.

A principal lição, na verdade, nada tem de nova. O meio ambiente é, por excelência, o reino das externalidades sociais. Isso significa que há poucos incentivos econômicos ao comportamento ambientalmente correto. A base industrial concentrada remunera e incentiva as formas atuais de produção, fortemente baseadas em consumo energético e em emissão de CO₂. A concentração econômica faz com que existam monopólios e oligopólios extremamente poderosos, influentes e resistentes a qualquer mudança. A consequência é não apenas um comportamento individual de muitas empresas avesso a grandes transformações na forma de produção. Significa também uma enorme pressão sobre governos para que não assumam compromissos firmes nesse setor.

Restam então duas alternativas. A primeira é esperar que grandes desastres naturais mudem essa equação, obrigando estruturas empresariais a se moverem e governos a se libertarem.

A segunda alternativa é mais razoável e inteligente. Menos centralizada, implica recapacitar o direito para garantir a criação de ordem econômica mais apta a transformações que garantam a sobrevivência ambiental.

Essa alternativa envolve várias estratégias. Procurarei concentrar-me em três das mais importantes.

A primeira envolve a discussão do instituto jurídico da propriedade. Rediscuti-lo não é uma questão ideológica, mas uma necessidade técnica. A mudança tecnológica na sociedade nos últimos séculos não foi acompanhada nem de longe pela mudança de suas formas de organização jurídica, em especial da propriedade. Particu-

A discussão sobre o instituto jurídico da propriedade não é uma questão ideológica, mas uma necessidade técnica

larmente, a ideia de livre utilização de bens naturais, que poderiam ser livremente utilizados — ou em certos casos até livremente apropriados —, é parte integrante dessa concepção clássica e ultrapassada.

A realidade de escassez tem de mudar radicalmente esse cenário. Bens são escassos, seja para sua apropriação, seja para sua utilização. Aí incluem-se desde a terra — propriedade produtiva e florestas — até o ar e a água. É imperiosa a elaboração de uma regulamentação específica para os bens comuns (hoje só reconhecidos em certos setores regulamentados) e para os bens particulares, mas que geram efeitos coletivos, não mais servindo só o recurso à vaga cláusula da função social da propriedade.

A segunda estratégia jurídica deve permitir uma segunda revolução tecnológica, agora voltada às tecnologias verdes, capazes de salvar o planeta. A primeira revolução técnica, a Industrial, precisou superá-las grandes dificuldades. A época, o desafio era segregar o que já existia na natureza do novo e original, com efeitos industriais. As patentes originariamente fundaram-se então na indistintabilidade e na novidade das invenções.

Essa regra não é útil para as novas necessidades. Hoje é preciso segregar setores em que existe alta concorrência tecnológica. Nessas, as patentes não apenas não são necessárias como representam entrave ao acesso público a bens muitas vezes de grande necessidade coletiva (por exemplo, medicamentos). Para eles, não é necessária a existência de patentes. A sim-

ples concorrência pela permanência no mercado já gera o progresso tecnológico. Para outros, em que, ao contrário, ainda é escasso o estímulo econômico para invenções, pois exigem mudança radical no estado da técnica, patentes podem ser necessárias. Mas não só. É necessário também um direito premial, para produtores e consumidores, que possibilite economicamente a elaboração e a utilização de invenções que utilizem energias limpas na fabricação e no consumo de bens (aí incluído o processo de reciclagem).

Finalmente, o terceiro (mas talvez mais importante) grande nó é a pobreza. O direito deve enfrentar com prioridade a questão do combate à pobreza. Não é possível nem legítimo exigir de alguém vivendo abaixo da linha de pobreza a não utilização predatória da única fonte acessível de sobrevivência: o ambiente que o cerca. É necessário, então, entre outras coisas, uma abordagem corajosa das estruturas econômicas existentes que permita identificar não apenas, como querem os economistas, a sua eficiência produtiva, mas sobretudo a sua ineficiência social.

Estruturas econômicas menores e menos concentradas (na agricultura, na indústria) podem ser capazes de conciliar justiça social e criatividade econômica, com maior flexibilidade para atender as necessidades e as vocações ambientais de cada região.

O tempo urge e não mais admite um direito passivo, mero reproduzidor de decisões tomadas em outras esferas. Um conjunto de normas, oriundas não necessariamente do Estado, mas do ativismo de organizações e cidadãos conscientes e da coragem de juízes e reguladores, precisa surgir.

O objetivo é animador: a sobrevivência da espécie.

CALIXTO SALOMÃO FILHO, 44, é professor titular de direito comercial da Faculdade de Direito da USP e professor do Instituto de Ciências Políticas e Ciências Sociais, de Paris.

» SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE: 0800-775-8080
Grande São Paulo: 0xx/11 3224-3090 sa@grupofolha.com.br

» OMBUDSMAN: 0800-015-9000 ombudsman@uol.com.br

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.